

A importância da Propriedade Industrial no contexto do Desenvolvimento Tecnológico e Industrial

Roberto Jaguaribe – Presidente do INPI

Sumário

- Inovação e Propriedade Industrial: Premissas econômicas – breves comentários
- Lei de Inovação
- Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior – PITCE
- A Revitalização do INPI

Sistemas Nacionais de Inovação

Organização dos atores envolvidos na geração de ciência, tecnologia e inovação em torno de ações que integrem e facilitem o avanço e a gestão de conhecimento.

Sistemas Nacionais de Inovação

Incentivo à Produção (e Proteção) do intangível, entre outros, apresenta-se como instrumento estratégico na gestão da inovação

Propriedade Intelectual e Inovação: Justificativas

- Direito Natural
- Compensação pelo Monopólio
- Incentivo Monopólio – Lucro
- Em troca de segredo

Propriedade Intelectual e Inovação: Questionamentos

- Custo Econômico
- Custo Social
- Custo Tecnológico
- Estágios Diferentes de Capacitação

Propriedade Intelectual e Globalização

- Convenções do Século XIX
- OMPI
- Pressões Regionais, Plurilaterais e Bilaterais
- Rodada Uruguai e TRIPS
- Agenda para o Desenvolvimento

Especificidades do caso brasileiro

- Propriedade Industrial:
 - emulação da Europa (França e Alemanha)
 - reduzida disseminação
- Processo de Industrialização Dissociado da Competitividade
- Pesquisa Dissociada da Demanda Industrial

Instrumentos para Mudanças de Competitividade - 2004

- Lei de Inovação
- Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior

Lei de Inovação

- Visa o incremento de geração de inovação tecnológica a partir da disponibilização de instrumentos que fomentem parcerias de atores do setor público e privado

- **Novas possibilidades:**
 - “Oferta pública” (e não mais licitação) para licenciamento de tecnologia gerada em instituições públicas
 - Uso de laboratórios de ICTs por parte de pequenas e médias empresas (PMEs)
 - Financiamento público para fomento a inovação efetuado diretamente a empresas
 - Possibilidade dada ao pesquisador de iniciar sua própria empresa, sem perder seu vínculo institucional
 - Participação do pesquisador em royalties
 - Investimento das ICTs em desenvolvimentos de inventores isolados

A política industrial e tecnológica do
governo e o desenvolvimento
econômico e social sustentável

Porque uma Política Industrial e Tecnológica?

virtual estagnação econômica nos últimos 20 anos;

necessidade de redução da vulnerabilidade externa do Brasil (manejo adequado das variáveis macroeconômicas é insuficiente);

inserção ativa no processo de globalização

Desenvolvimento tecnológico insuficiente para competição no mercado aberto

Nova onda de globalização de serviços e desenvolvimento de produção

Diretrizes

Dinamizar a estrutura produtiva por meio da inovação tecnológica e da ampliação do comércio exterior

Compromisso pela Produção

Objetivo:

- Aumento da eficiência produtiva e da competitividade
- Desenvolvimento da base produtiva do futuro

Compromisso pela Produção

Foco

- Estímulo ao aumento da capacitação para inovação na indústria
- Desenvolvimento de novos produtos, processos e formas de uso (inovação e diferenciação)
- Expansão das exportações

Inserção Externa

Ampliação das exportações brasileiras, conquistando novos mercados:

- **Programa Brasil Exportador**
- **Programa imagem do Brasil no exterior**
- **Criação de unidades de comércio e atração de investimentos nas agências do BB no exterior**

Fortalecimento de pequenas e médias empresas: APLs

Fomenta a geração de emprego e renda:

- **Programa de Arranjos Produtivos Locais**
 - **Promoção comercial no mercado interno**
 - **Inovação tecnológica em APLs**
- **Certificação de consórcio e bônus de metrologia**

Valorização dos Setores Tradicionais

Visa ampliar a competitividade desses setores, por meio de:

- Eixos horizontais
- Articulação com os Fóruns de Competitividade

Coordenação e execução da PITCE

Câmara de Política Econômica

```
graph TD; A[Câmara de Política Econômica] --> B[Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial]; B --> C[Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial]; C --> D[Ações, Instrumentos e Recursos];
```

Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial

Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial

Ações, Instrumentos e Recursos

Desafios

- Recuperar a prática de formular e gerenciar política industrial integrada
- Integrar instrumentos e órgãos
MDIC, MF, MPOG, MCT, MAPA, MRE, MIN, BNDES, FINEP, APEX, SEBRAE, CNPq/CAPES/FAPes...
- Aumentar o porte das empresas brasileiras
- Aumentar investimento privado em P&D
- Aumentar a inovatividade das empresas brasileiras

Oportunidades

- Base científica que pode ser acionada para desenvolvimento tecnológico e inovação
- Fundos setoriais
- Base industrial com razoável escala para padrões de países emergentes
- Compras governamentais
- Tecnologias e oportunidades emergentes
biotecnologia / nanotecnologia / software / protocolo de Kyoto (biocombustíveis, seqüestro de carbono etc) ...

A PITCE se articula em três planos

🔴 Linhas de ação horizontais

- ✓ Inovação e desenvolvimento tecnológico
- ✓ Inserção externa
- ✓ Modernização industrial
- ✓ Capacidade e escala produtiva / ambiente institucional

🔴 Opções estratégicas

- ✓ semicondutores, software, bens de capital, fármacos e medicamentos

🔴 Atividades portadoras de futuro

- ✓ Biotecnologia, nanotecnologia, biomassa

No contexto das linhas de ações horizontais

- O reconhecimento da importância da estruturação de um sistema de mecanismos de proteção do intangível como fator de grande relevância para criação de um ambiente favorável à inovação tecnológica
- **Reestruturação do Instituto Nacional de Propriedade Industrial**

Situação atual

- O INPI é pouco eficiente no exame e concessão de marcas e privilégios patentários
- Cidadãos e empresas brasileiras muito pouco se utilizam do sistema de PI.
 - Não há cultura de consulta ao estado da técnica, e se perdem oportunidades de inovação
 - Pouco se empregam os mecanismos de PI para a conquista e retenção de mercados: não se trabalham marcas, denominações de origem, etc

600 servidores

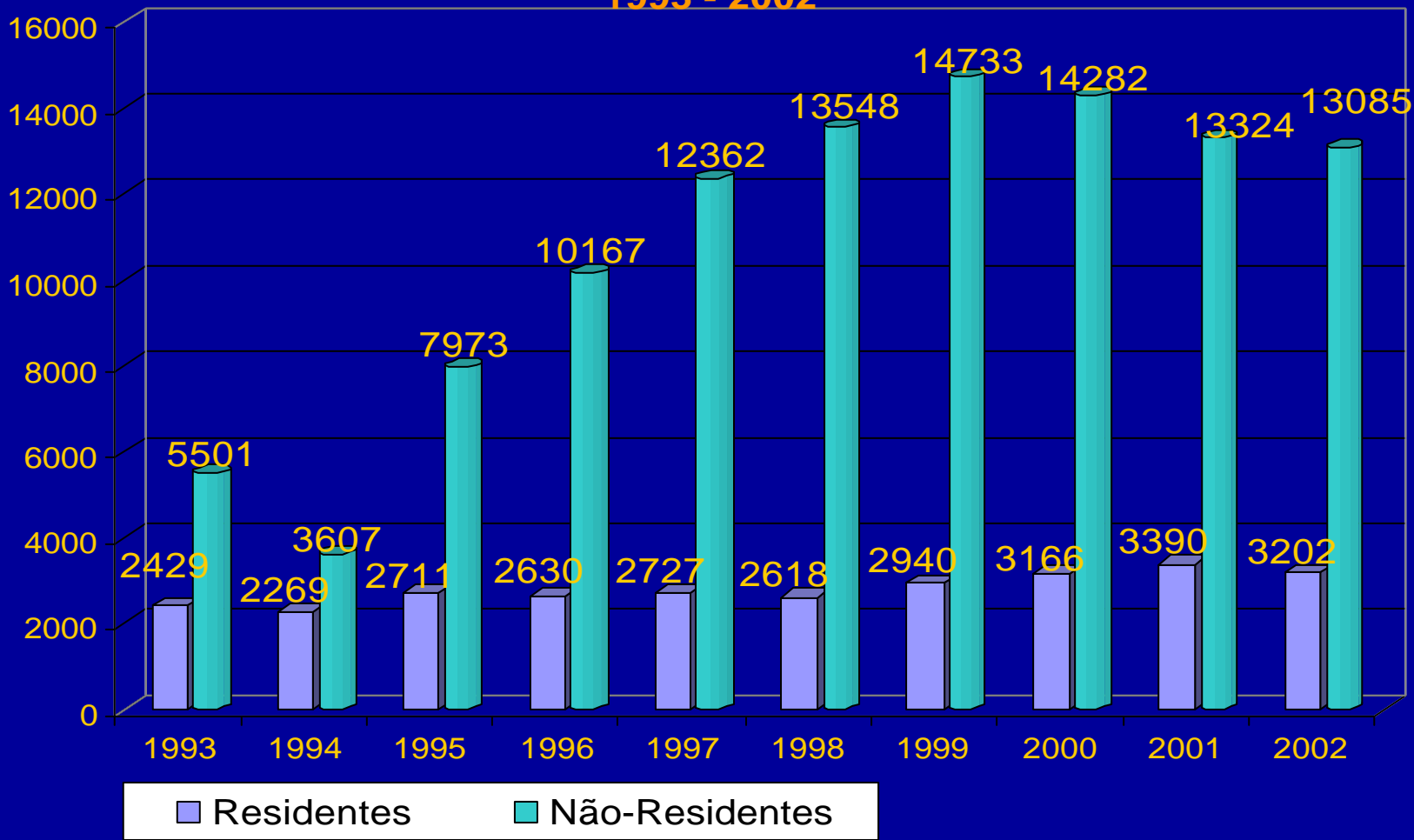
**130 examinadores de
patentes**

**40 examinadores de
marcas**

**US\$ 50 milhões
(orçamento)**

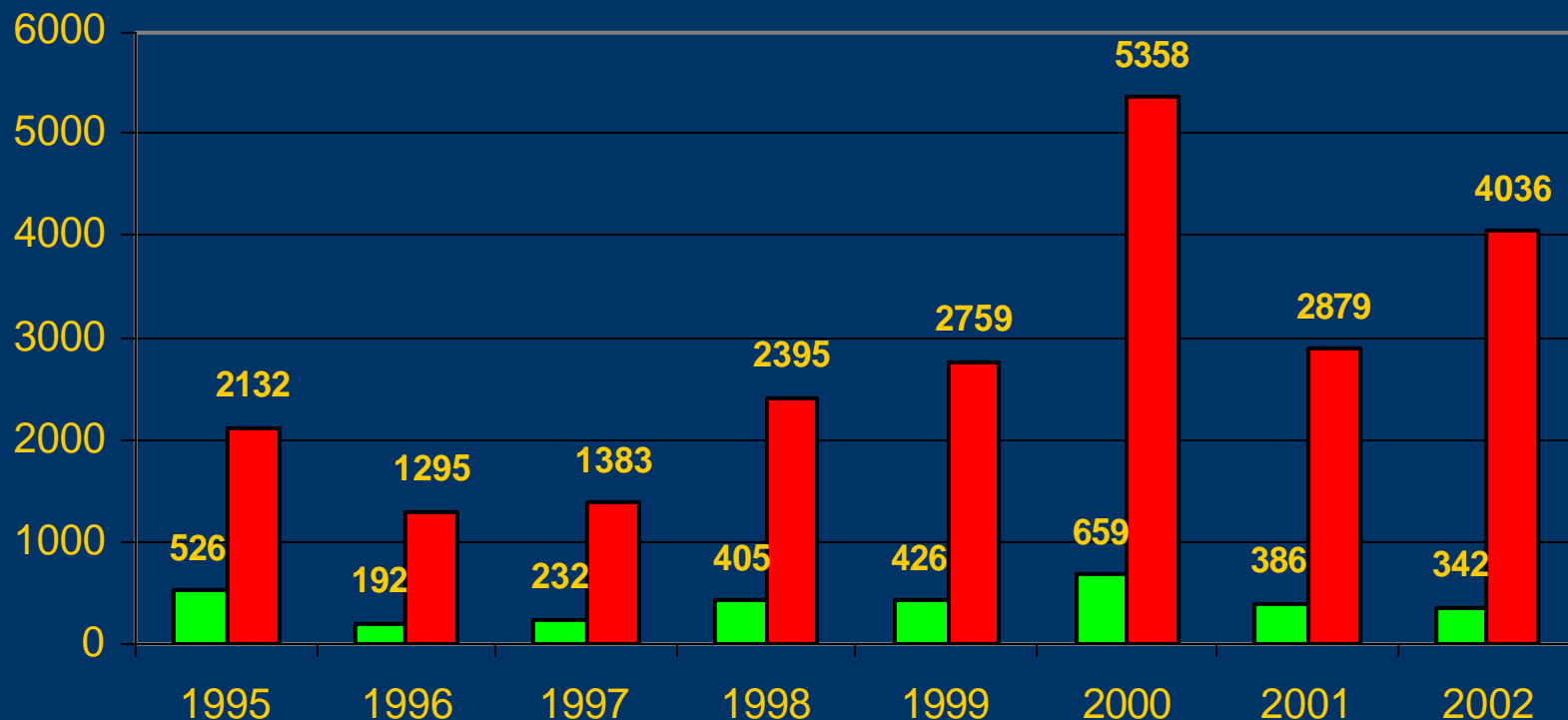


Depósitos de Patente de Invenção - Residentes e Não-Residentes 1993 - 2002



Após 1997, nacionais com uma média de 20% do total dos depósitos

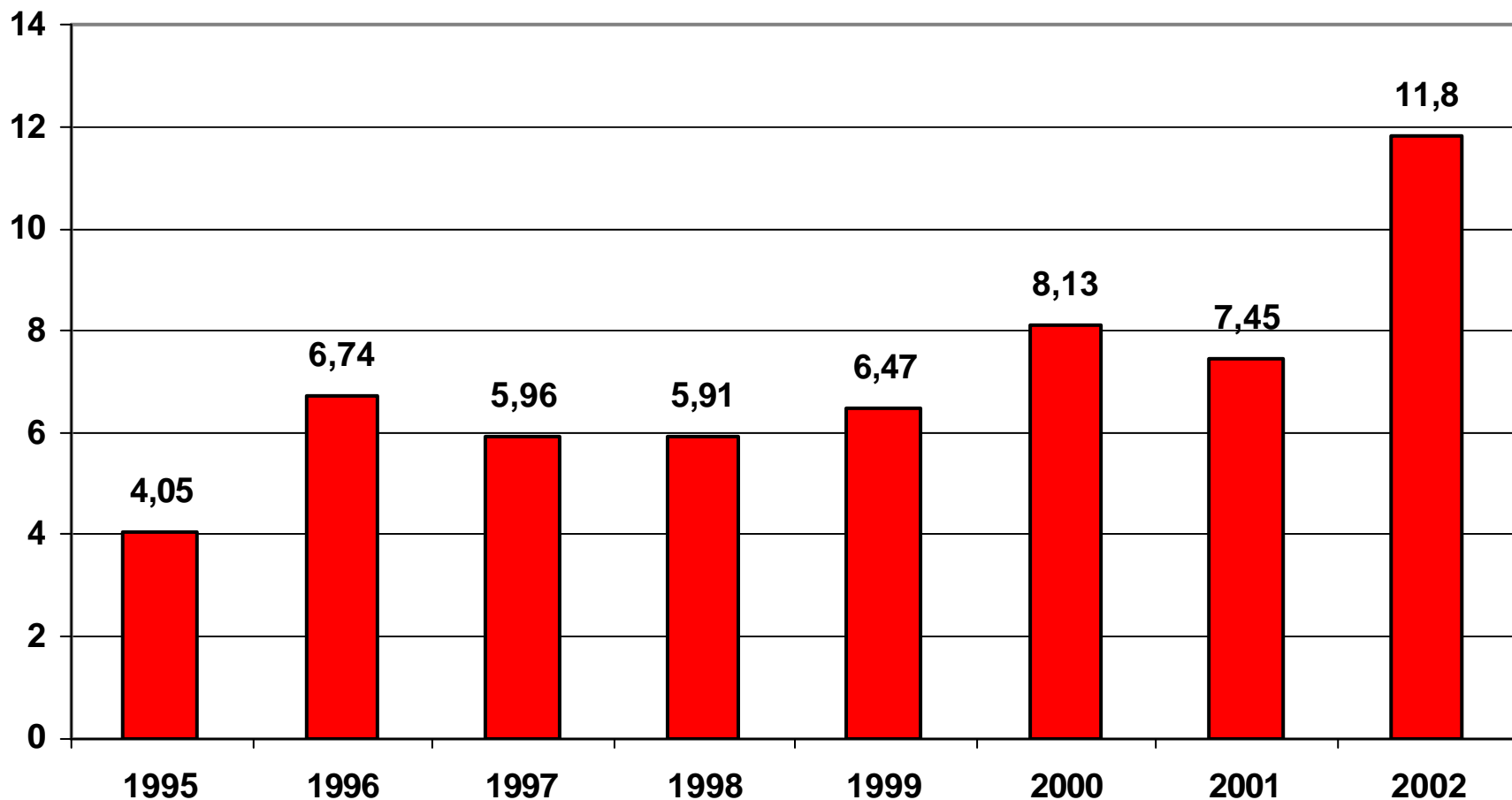
Concessões de Privilégios de Invenção 1995 - 2002



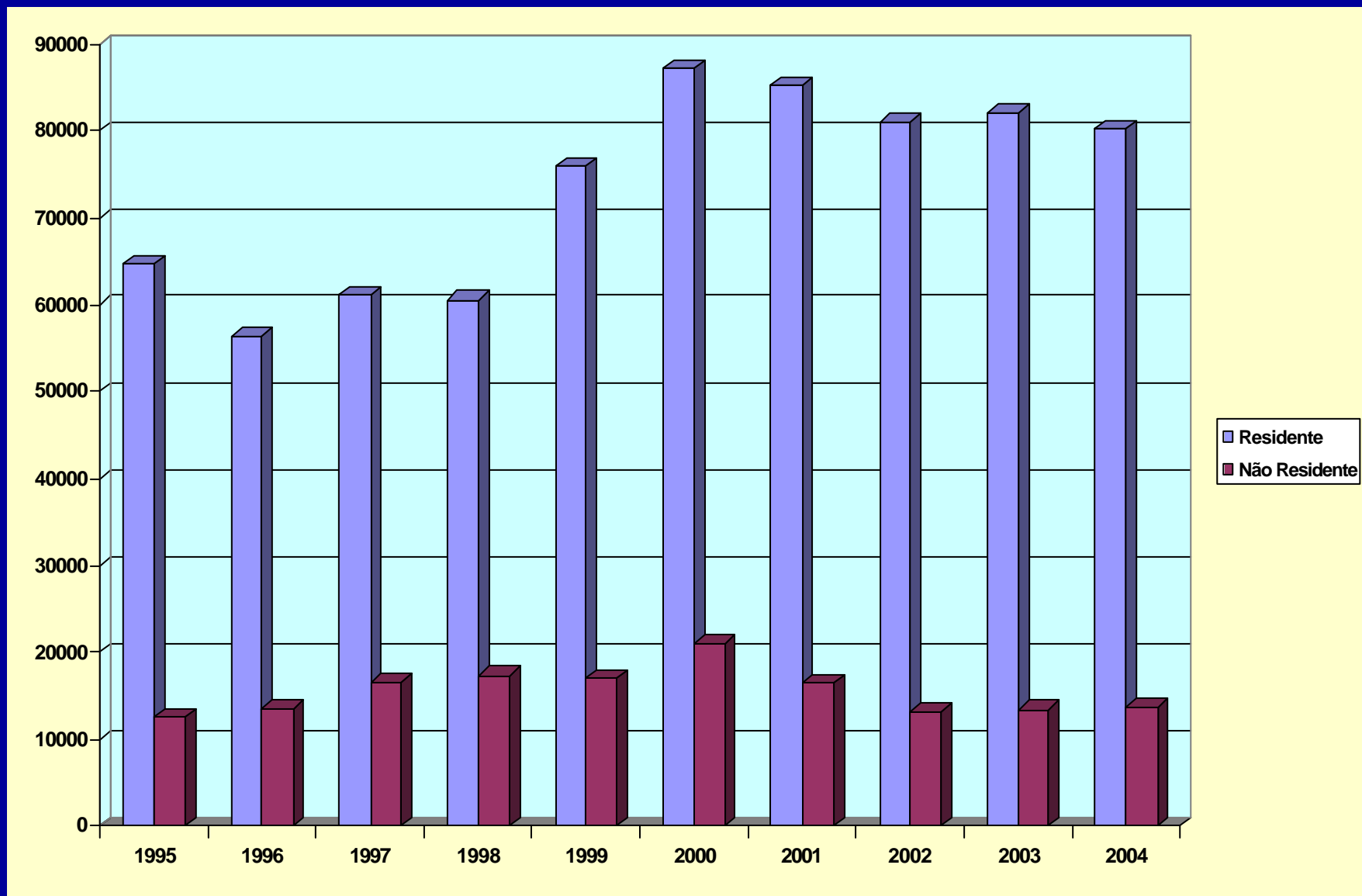
 Residentes  Não - Residentes

Média de 10% das patentes concedidas a nacionais

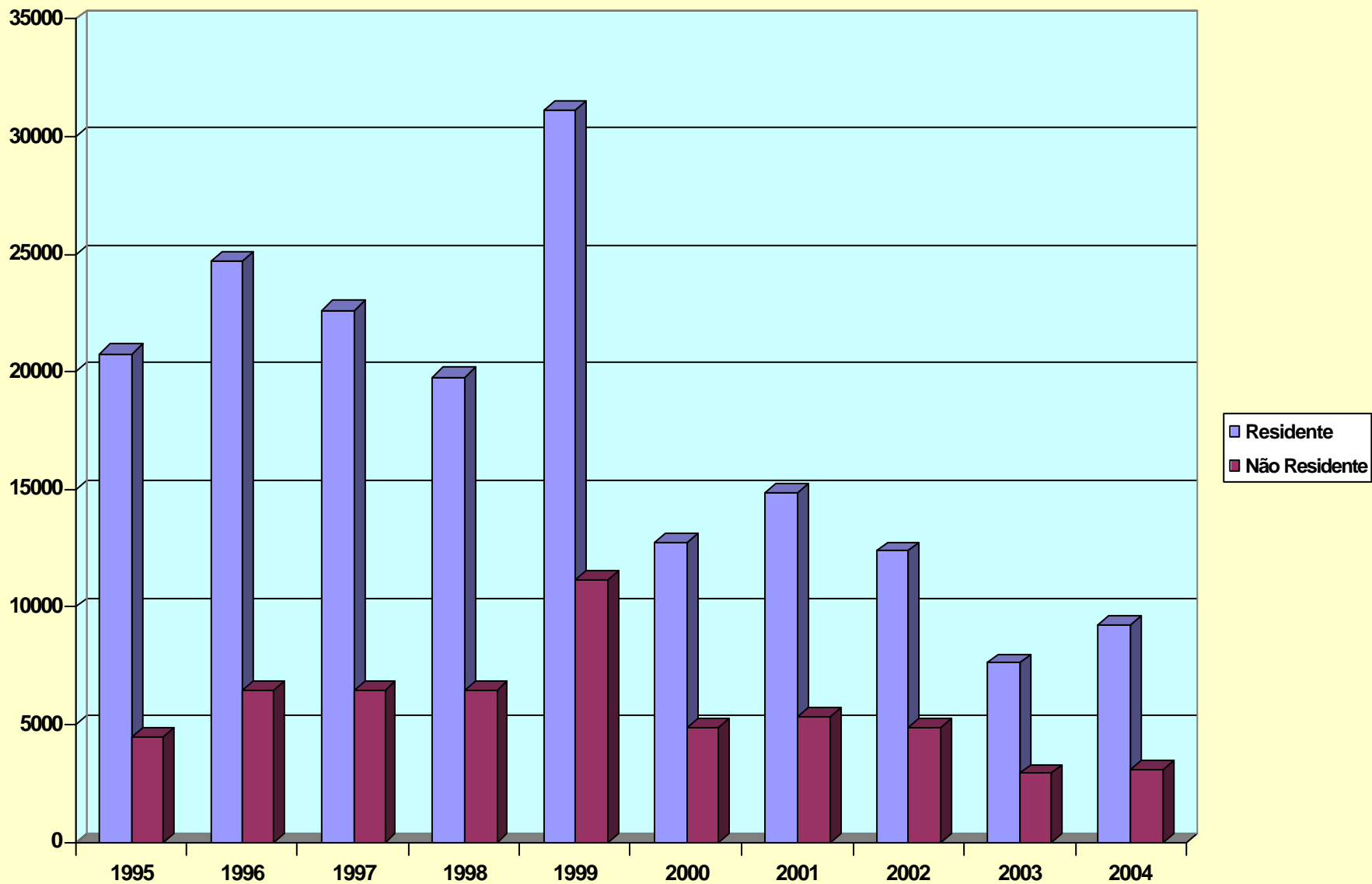
Relação Não-residentes / Residentes em Concessões de Privilégio de Invenção 1995 - 2002



Pedido de Registro de Marcas (Depósitos)



Concessão de Registro de Marcas



Diretrizes do Governo para a Reestruturação do INPI

- Aumento da eficiência nas atividades de recepção, análise e registro de pedidos e recursos
- Garantir a redução de prazos sem perda de qualidade nos exames

- Fortalecimento do quadro funcional e da estrutura organizacional do INPI
- Acesso a bancos de dados de patentes (convênio EPO) de modo a agilizar os processos de busca
- Otimização e informatização radical dos processos
- Reaparelhamento e revisão das instalações: reforma e/ou construção de novas instalações prediais

Desafios Internos

- Integrar Política de Propriedade Industrial e Política Industrial
- Transformar o INPI em um ponto focal do Sistema Nacional de Inovação
- Gerar e disseminar Cultura Própria da Propriedade Industrial
- Modernizar o INPI e melhorar drasticamente seu desempenho

Desafios Externos

- Compatibilizar Demandas Internas Específicas e Próprias de P.I. com Demandas Externas de Homogeneização
- Atrair Investimentos em Setores de Ponta
- Desenvolver a “Agenda para o Desenvolvimento”

OBRIGADO !